

TIGRE S.A. PARTICIPAÇÕESSociedade de Capital Fechado - Joinville-SC
CNPJ nº 84.684.455/0001-63**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores acionistas,
Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e Notas explicativas, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Permanecemos à inteira disposição dos Senhores Acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
A Administração, Joinville, março de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	775.907	292.642	1.500.429	645.818	Fornecedores	15	20	451	497.899	784.346
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.071.116	1.063.194	Risco sacado	-	-	-	132.407	44.296
Estoques	9	-	-	981.064	984.302	Empréstimos e financiamentos	16	184.647	8.034	1.203.329	572.632
Partes relacionadas	25	65.992	1.507	2.844	2.438	Passivos de arrendamento	12	-	-	27.026	10.105
Impostos a recuperar	10	120.240	83.040	462.179	481.304	Derivativos	7	4.090	-	4.573	1.476
Dividendos a receber	25	240.712	43.678	-	200	Partes relacionadas	25	-	-	30	16.076
Derivativos	7	-	2.591	2.390	4.003	Salários e encargos	-	1.154	976	67.486	64.567
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	94.779	147.523	Obrigações tributárias	-	127	-	41.990	83.986
Outras contas a receber	-	339	95	41.866	36.451	Imposto de renda e contribuição social	24	33.380	31.488	100.172	91.912
		1.203.190	423.553	4.156.667	3.365.233	Gratificações e participações	-	5.142	11.177	38.941	84.232
						Provisão para contingências	17 (a)	-	-	1.576	17.631
Não circulante						Dividendos e juros sobre o capital próprio	20	701.295	248.529	701.295	248.536
Depósitos judiciais	17 (b)	1.166	1.166	50.141	49.645	Parcelamento de impostos	-	-	-	-	1.971
IR e CSLL diferidos	19	-	-	227.207	218.849	Outras contas a pagar	18	585	1.872	131.936	86.558
Impostos a recuperar	10	-	-	213.768	321.474			930.440	302.527	2.948.660	2.108.324
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.623	1.230						
Partes relacionadas	25	8.371	79.744	-	12	Não circulante					
Dividendos a receber	25	-	12.081	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	596.555	746.352	608.790	1.299.355
Outras contas a receber	-	5.528	5.137	12.305	23.281	Passivos de arrendamento	12	-	-	13.364	27.314
		15.065	98.128	505.044	614.491	Provisão para contingências	17 (a)	1.142	1.141	136.182	140.379
						Gratificações e participações	-	10.503	16.673	15.629	29.260
Investimentos	4	2.571.984	2.160.735	95.874	129.932	IR e CSLL diferidos	19	3.099	9.273	77.857	95.491
Propriedades para investimento	11	74.973	78.493	1.716	3.553	Imposto de renda e contribuição social	24	-	-	22.260	14.620
Ativos de direito de uso	12	-	-	40.130	39.627	Partes relacionadas	25	-	18.433	-	-
Imobilizado	14	-	-	1.161.777	1.041.376	Dividendos e juros sobre o capital próprio	20	400.000	71.915	400.000	73.072
Intangível	13	2.134	1.798	243.905	262.402	Outras contas a pagar	18	2.843	-	4.868	6.202
		2.649.091	2.241.026	1.543.402	1.476.890			1.014.142	863.787	1.278.950	1.685.693
						Patrimônio líquido	20				
						Capital social	-	935.772	396.835	935.772	396.835
						Reserva de capital	-	813.117	383	813.117	383
						Custo atribuído do ativo imobilizado	-	22.973	23.283	22.973	23.283
						Reservas de lucros	-	235.679	1.195.945	235.679	1.195.945
						Ajuste de avaliação patrimonial	-	(84.777)	(20.053)	(84.777)	(20.053)
						Atribuído aos acionistas controladores	-	1.922.764	1.596.393	1.922.764	1.596.393
						Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	54.739	66.204
						Total do patrimônio líquido	-	1.922.764	1.596.393	1.977.503	1.662.597
						Total do passivo e patrimônio líquido	-	3.867.346	2.762.707	6.205.113	5.456.614

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	21	12.776	15.825	5.880.765	5.653.688
Custos das operações	22	(4.671)	(5.645)	(3.711.693)	(3.664.473)
Lucro bruto (Despesas) receitas operacionais		8.105	10.180	2.169.072	1.989.215
Vendas	22	-	-	(888.783)	(786.515)
Administrativas e gerais	22	(21.418)	(34.092)	(481.652)	(542.819)
Resultado da equivalência patrimonial	4	599.971	593.454	(3.151)	4.343
Outras	22	2.797	455	124.925	223.720
Lucro antes do resultado financeiro		589.455	569.997	920.411	887.944
Despesas financeiras	23	(119.344)	(27.760)	(319.901)	(156.818)
Receitas financeiras	23	137.640	14.652	231.285	50.190
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	23	(300)	-	10.049	504
Variáveis cambiais, líquidas	23	(5.898)	(479)	(49.250)	(18.777)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		12.098	(13.587)	(127.817)	(124.901)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24	601.553	556.410	792.594	763.043
Imposto de renda e contribuição social	-	(7.264)	(17.880)	(209.169)	(319.272)
Corrente	-	4.784	8.502	28.931	125.462
Diferido	-	599.073	547.032	612.356	569.233
Lucro líquido do exercício					
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores	-	599.073	547.032	599.073	547.032
Participação acionistas não controladores	-	-	-	13.283	22.201
Lucro líquido do exercício		599.073	547.032	612.356	569.233
Lucro básico por ação - R\$ por lote de mil ações	20			41,53	48,14
Lucro diluído por ação - R\$ por lote de mil ações	20			40,32	48,14

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	12.776	16.236	7.218.268	7.186.929
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	12.776	15.825	7.101.149	6.949.525
Outras receitas	-	411	127.861	241.014
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(10.742)	(3.610)
Insumos adquiridos de terceiros	(8.057)	(7.485)	(4.104.759)	(4.033.982)
Custos das vendas	-	-	(3.241.641)	(3.221.227)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.057)	(7.483)	(863.118)	(806.141)
Recuperação (perda) de valores ativos	-	(2)	-	(6.614)
Valor adicionado bruto	4.719	8.751	3.113.509	3.152.947
Depreciação e amortização	-	(47)	(137.706)	(110.397)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.719	8.704	2.975.803	3.042.550
Valor adicionado recebido em transferência	738.156	614.687	342.627	559.192
Resultado de equivalência patrimonial	599.971	593.454	(3.151)	4.343
Receitas financeiras	138.185	21.233	345.778	554.849
Valor adicionado total a distribuir	742.875	623.391	3.318.430	3.601.742
Distribuição do valor adicionado	(742.875)	(623.391)	(3.318.430)	(3.601.742)
Pessoal	(14.606)	(28.281)	(688.999)	(694.047)
Remuneração direta	(8.706)	(7.476)	(493.016)	(461.320)
Benefícios	(5.900)	(20.805)	(172.960)	(122.021)
F.G.T.S.	-	-	(23.023)	(20.706)
Impostos, taxas e contribuições	(20.124)	(17.505)	(1.521.985)	(1.634.838)
Federais	(20.124)	(17.452)	(696.351)	(800.690)
Estaduais	-	-	(817.489)	(826.303)
Municipais	-	(53)	(8.145)	(7.845)
Remuneração de capitais de terceiros	(109.072)	(30.573)	(495.090)	(703.624)
Juros	(104.047)	(22.770)	(202.863)	(95.512)
Aluguéis	-	-	(46.078)	(43.840)
Outras	(5.025)	(7.803)	(246.149)	(564.272)
Remuneração de capitais próprios	(599.073)	(547.032)	(612.356)	(569.233)
Dividendos e JCP	(555.295)	(136.758)	(555.295)	(136.758)
Lucros retidos	(43.778)	(410.274)	(70.344)	(410.274)
Participação de não controladores em lucros retidos	-	-	13.283	(22.201)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.098)	(20.398)	(87.858)	(24.245)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	601.553	556.410	792.594	763.043	Pagamento de juros sobre empréstimos	(78.022)	(12.438)	(149.539)	(52.635)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	8.649	(73.194)	604.373	261.348
Depreciação e amortização	-	48	137.706	110.397	Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Perda estimada para devedores duvidosos	-	-	(2.900)	(6.098)	Aquisição de participação societária	-	(27.500)	-	(455.831)
Perda estimada de estoque	-	-	211	(1.451)	Aumento de capital social em investidas	(144.250)	-	(8.250)	(27.500)
Provisão para contingências	-	-	(2.247)	55.779	Aquisição de ativos imobilizados	-	-	(292.818)	(120.867)
Reconhecimento de crédito tributário	-	-	(37.946)	(109.696)	Aquisição de ativos intangíveis	-	-	(515)	(308)
Resultado na venda de ativos imobilizados	-	-	19.445	659	Baixas de investimentos, ativo imobilizado e intangível	-	-	-	12.143
Juros, encargos, variação monetária e cambial não realizadas	104.838	18.149	58.619	89.125	Redução (aumento) de propriedades para investimento	3.184	3.666	-	-
Equivalência patrimonial	(599.971)	(593.454)	3.151	(4.343)	Coligadas e controladas	-	(7.935)	-	963
Provisão para gratificações e participações	5.367	15.141	31.225	57.949	Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	(141.066)	(31.769)	(301.583)	(591.400)
Plano de outorga de ações	512	-	512	-	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Variáveis nos ativos e passivos					Aumento de capital social e reserva de capital	1.351.671	-	1.351.671	-
Redução (aumento) em contas a receber	-	-	(4.323)	(222.475)	Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(735.989)	(343.282)	(753.256)	(357.589)
Redução (aumento) de partes relacionadas ativo	6.888	(21.103)	(394)	(2.327)	Empréstimos tomados	-	810.000	1.125.072	1.727.302
Redução (aumento) nos estoques	-	-	4.864	(357.684)	Recebimentos (pagamentos) de instrumentos financeiros derivativos	-	(129)	(581)	(7.656)
Redução (aumento) nos impostos	(27.346)	(9.656)	18.338	(148.326)	Pagamentos de arrendamentos	-	-	(27.937)	-
Redução (aumento) em outras contas a									

Atividade	Cidades	País
Tubos e Conexões	Joinville - SC	Brasil
Imobiliária	Joinville - SC	Brasil
Hidráulicos de materiais plásticos	Joinville - SC	Brasil
Tubos e Conexões	Rio Claro - SP	Brasil
Metais Sanitários	Rio de Janeiro - RJ	Brasil
Tratamento de Água	Indaiatuba - SP	Brasil
Escovas Pincéis e Vassouras	Castro - PR	Brasil
Tubos e Conexões	Escada - PE	Brasil
Tubos e Conexões e Acessórios	Manaus - AM	Brasil
Tubos e Conexões	Pillar	Argentina
Tubos e Conexões	Santiago	Chile
Tubos e Conexões	Lampa	Chile
Tubos e Conexões	Assunción	Paraguai
Tubos e Conexões	La Paz	Bolívia
Tubos e Conexões	Santa Cruz de La Sierra	Bolívia
Tubos e Conexões	Quito	Ecuador
Tubos e Conexões	Janesville	Estados Unidos da América
Tubos e Conexões	Beaumont	Estados Unidos da América
Tubos e Conexões	Celina	Estados Unidos da América
Tubos e Conexões	Libertad	Uruguai
Tubos e Conexões	Lima	Peru
Tubos e Conexões	Cota - Cundinamarca	Colômbia

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, 22 de março de 2023. **1.2 Principais eventos ocorridos em 2022 - (a) Celebração de acordo de investimento - Tigre S.A.:** Alinhado com os objetivos de expansão do Grupo, em fevereiro de 2022, a Companhia e a Advent Internacional ("Advent"), empresa global de *private equity* fundada em 1984, celebraram Acordo de Investimento e Outras Avenças ("Acordo de Investimento"), com objeto o ingresso da Advent no quadro acionário da Companhia. Nos termos acordados pelas partes, no Acordo de Investimento, a Operação, a qual foi concluída em 15 de março de 2022, consistiu em: (i) aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 532.131, com a emissão de 3.787.683 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, alterando então o Estatuto Social da Companhia; (ii) aumento da reserva de capital da Companhia na quantia de R\$ 812.734, após revisão e apuração de ajuste de preço; (iii) direito ao recebimento de dividendos fixos a que fazem jus as ações preferenciais no valor total de R\$ 640.000; (iv) alteração dos membros titulares do Conselho de Administração da Companhia. **(b) Distribuição de dividendos - Tigre S.A.:** No dia 10 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração deliberou pela distribuição de R\$433.603 de dividendos adicionais como destinação da reserva de lucros da Companhia, os quais serão pagos na sua totalidade até 31 de dezembro de 2023. **(c) Créditos do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS e créditos previdenciários - Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda:** Em abril de 2022, a controlada Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda reconheceu: (i) o montante de R\$ 27.000 de créditos extemporâneos referente à exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS, decorrente de decisão transitada em julgado, de forma favorável a Companhia, do processo nº 5000421-11.2019.4.04.7009; (ii) montante de R\$ 6.000 de créditos previdenciários, referente a ação sobre verbas indenizatórias do processo nº 19614.747731/2022-46; (iii) o montante de R\$ 5.000 de outros créditos extemporâneos e previdenciários julgados como favorável no decorrer do segundo semestre deste exercício. **(d) Contratação de empréstimos - Controladas:** Em 27 de outubro de 2022, a investida Tigre USA Inc. firmou novo empréstimo no valor de USD 5.000.000, com vencimento em 07 de abril de 2023, a taxa de 5,99% a.a. Em 12 de dezembro de 2022, a investida Tigre USA Inc. firmou novo empréstimo no valor de USD 5.000.000, com vencimento em 07 de abril de 2023, a taxa de 6,30% a.a. Em 14 de dezembro de 2022, a investida Tigre Sol. Amb. Efuentes Ltda contratou novo empréstimo no valor de BRL 3.000, com vencimento em 14 de junho de 2023, a taxa de CDI + 1,44% a.a. Em 23 de dezembro de 2022, a Tigre Paraguay S.A. contratou novo empréstimo no valor de USD 3.000.000, com vencimento em 23 de março de 2023, a taxa de 6,38% a.a. **(e) Liquidação de debêntures - Fabrimar S.A.:** Em agosto de 2022, a controlada Fabrimar S.A. efetuou a liquidação de debêntures no montante de R\$ 106.652. Este valor foi referente à liquidação total do principal e os juros devidos até a data de vencimento, encerrando assim, todas as obrigações relacionadas a essas debêntures. **(f) Aumento de capital social e Stock option - Tigre S.A.:** Em 16 de setembro de 2022, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Plano de Opções/Stock option"), o qual autorizou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 26.400, mediante a emissão de 85.152 ações preferenciais de classe B e outorgou opções de ações aos participantes, conforme descrito na nota 20.(e). **(g) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") - Tigre S.A.:** A Administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de dezembro de 2022, a distribuição de juros sobre capital próprio ("JCP") aos seus acionistas, no valor bruto de R\$ 82.997, os quais foram pagos em 31 de dezembro de 2022. **1.3 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 30. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) custo atribuído de ativo imobilizado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. **Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas internacionais *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • Proibição da dedução dos valores recebidos da venda de itens produzidos do custo do imobilizado enquanto o ativo estiver sendo preparado para uso; alterações à IAS 16/CPC 27 "Ativo imobilizado"; • Esclarece quais são os custos de cumprimento de contrato na avaliação de contrato oneroso; alteração à IAS 37/CPC25 "Provisão, passivos contingentes e ativos contingentes"; • Atualiza as referências à Estrutura Conceitual; alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de negócios". As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **1.5 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4(a) e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 30.1.

2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Principais premissas utilizadas os cálculos em valor em uso:** Anualmente, o Grupo testa eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*) no ágio. Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, os quais seus valores recuperáveis foram determinados baseados em cálculos do valor em uso, efetuados com estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, e que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo identificados de acordo com o segmento operacional. **(b) Perda (*impairment*) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. **(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis - (a) Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não a exercer).

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO
3.1 Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela Tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo e Swaps de moedas
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Previsão de fluxos de caixa	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de excedente de caixa conforme política de caixa mínimo

(a) Risco de mercado - (i) Risco cambial: A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas transações de compras, vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais, em sua grande maioria o Real (R\$), mas também o Dólar Americano (USD), o Peso Chileno (CLP), o Novo Sol (PEN), o Peso Argentino (ARS), o Boliviano (BOB), o Guarani (PYG), o Peso Colombiano (COP) e o Peso Uruguai (UYU). Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia e suas controladas. Isto proporciona uma proteção econômica sem a contratação de derivativos. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração. A exposição à moeda estrangeira das entidades do Grupo considera apenas as moedas estrangeiras nas quais os empréstimos e financiamentos são contratados em cada país, não considerando, para fins de consolidação, que as moedas locais de cada país representem moedas estrangeiras para empréstimos e financiamentos. Este risco está atrelado à possibilidade da alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. O Grupo avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar americano, permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originadas por exportações, que se constituem, em termos econômicos, em *hedge* natural, o Grupo

avalia a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de NDF e *swap*, caso o Grupo tenha mais passivos em dólar do que ativos, ou vice-versa. O Grupo mantém sua exposição cambial líquida dentro dos limites estabelecidos na Política de Gestão de Riscos Cambiais e de *Commodities*. As principais matérias-primas dos produtos do Grupo são cotadas nos mercados mundiais em dólar americano. Assim sendo, o Grupo entende que estes estoques, em termos econômicos, constituem uma fonte de proteção natural ativa, compensando exposições contábeis passivas em relação ao dólar americano. Os valores de estoques de matéria-prima em USD em 31 de dezembro de 2022, são de aproximadamente USD 51.469 (USD 24.953 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo são demonstradas as tabelas com a exposição líquida do Grupo:

Exposição cambial líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2022 (em US\$ 000)						
Empresas	Empréstimos e Financiamentos	Contas a pagar	Contas a receber	Swap e NDF	Outros	Exposição
Tigre S.A. Participações	-	-	-	(784)	1.090	306
Tigre Mat. e Sol. p/ Construção Ltda.	-	(2.754)	8.613	253	4.202	10.314
Tigre Argentina S.A.	(2.878)	(10.970)	10.569	-	11.684	8.405
Tigre S.A. Tubos, Conexiones y Cables	-	(14.493)	248	-	9.269	(4.976)
Tigre Chile S.A.	(12.180)	(8.824)	2.871	145	330	(17.658)
Tigre Colômbia S.A.S.	(5.806)	(10.614)	685	-	4.904	(10.831)
Tigre Ecuador S.A. Ecuatigre	(1.018)	(6.201)	6.170	-	3.807	2.758
Tigre Paraguay S.A.	-	(6.784)	1.221	(54)	6.550	933
Tubos y Conexiones S.A.	(5.240)	(15.642)	2.869	60	3.693	(14.260)
Tubconex Uruguay S.A.	-	(4.463)	8.737	(39)	484	4.719
Total	(27.122)	(80.745)	41.983	(419)	46.013	(20.290)

Exposição cambial líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2021 (em US\$ 000)						
Empresas	Empréstimos e Financiamentos	Contas a pagar	Contas a receber	Swap e NDF	Outros	Exposição
Tigre S.A. Participações	(3.000)	(31)	-	-	1.880	(1.151)
Tigre Mat. e Sol. p/ Construção Ltda.	(5.300)	(5.666)	12.063	262	6.737	8.096
Tigre Argentina S.A.	(2.600)	(10.424)	4.978	-	16.201	8.155
Tigre S.A. Tubos, Conexiones y Cables	(7.537)	(7.498)	901	-	806	(13.328)
Tigre Chile S.A.	(6.084)	(5.422)	724	-	1.035	(9.747)
Tigre Colômbia S.A.S.	(3.059)	(2.239)	565	-	1.932	(2.801)
Tigre Paraguay S.A.	(2.506)	(4.653)	9.917	-	-	2.758
Tubos y Conexiones S.A.	(2.031)	(3.478)	1.877	(265)	7.536	3.639
Tubconex Uruguay S.A.	-	(3.179)	5.717	(9)	719	3.248
Total	(32.117)	(42.590)	36.742	(12)	36.846	(1.131)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio: O Grupo possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2022 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de câmbio da data da elaboração destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A taxa provável foi então corrigida em 10% e 20%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Dessa forma, as tabelas a seguir demonstram simulação do efeito da variação cambial (perdas) no resultado futuro:

Possível (-10%)							Remoto (-20%)	
Operação	Risco	Saldo em US\$ 31/12/2022	Taxa	Taxa	Resultado R\$	Taxa	Resultado em BRL	
Contas a receber	Baixa US\$	41.983	5,2177	4,6959	(21.905)	4,1742	(43.811)	
Outros ativos	Baixa US\$	46.013	5,2177	4,6959	(24.008)	4,1742	(48.016)	
Contas a pagar	Alta US\$	(80.745)	5,2177	4,6959	42.130	4,1742	84.261	
Swap e NDF	Baixa US\$	(419)	5,2177	4,6959	219	4,1742	437	
Empréstimos e Fornecedores	Alta US\$	(27.122)	5,2177	4,6959	14.151	4,1742	28.303	
Exposição total		(20.290)			10.587		21.174	
					Possível (+10%)		Remoto (+20%)	

Possível (-10%)							Remoto (-20%)	
Operação	Risco	Saldo em US\$ 31/12/2022	Taxa	Taxa	Resultado R\$	Taxa	Resultado em BRL	
Contas a receber	Baixa US\$	41.983	5,2177	5,7395	21.905	6,2612	43.811	
Outros ativos	Baixa US\$	46.013	5,2177	5,7395	24.008	6,2612	48.016	
Contas a pagar	Alta US\$	(80.745)	5,2177	5,7395	(42.130)	6,2612	(84.261)	
Swap e NDF	Baixa US\$	(419)	5,2177	5,7395	(219)	6,2612	(437)	
Empréstimos e Fornecedores	Alta US\$	(27.122)	5,2177	5,7395	(14.151)	6,2612	(28.303)	
Exposição total		(20.290)			(10.587)		(21.174)	

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis em SELIC, CDI, TJLP e LIBOR (Brasil), expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo mantém aproximadamente 50% de seus empréstimos com taxa de juros fixas, advindo principalmente nas operações nos Estados Unidos da América, Chile e Peru. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Com base nas simulações realizadas, o impacto sobre o lucro líquido, com uma variação em torno de 0,25%, corresponderia a um aumento máximo de R\$ 1.477 ou a uma redução máxima de R\$ 1.477, respectivamente. Eventualmente, o Grupo também efetua operações de *swap* de taxa de juros fixa para taxa variável, a fim de proteger o risco de taxa de juros ao valor justo, decorrente de empréstimos tomados a taxas fixas. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Em 31 de dezembro de 2022, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro líquido do exercício apresentaria variação de R\$ 1.477, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

Fatores de risco	Empréstimos e Financiamentos	Cenário	Resultado em R\$
Variação taxas variáveis (CDI e TJLP)		895.206 +25 bps	1.477
Fatores de risco	Empréstimos e Financiamentos	Cenário	Resultado em R\$
Variação taxas variáveis (CDI e TJLP)		895.206 -25 bps	(1.477)

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. Caso clientes do atacado sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício de 2022 e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **(c) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e controladas. A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros:

Consolidado	2023	2024	2025	2026 +	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	629.835	4.868	-	-	634.703
Risco sacado	132.407	-	-	-	132.407
Empréstimos e financiamentos	1.199.715	12.404	125.500	474.500	1.812.119
Passivos de arrendamento	27.026	13.364	-	-	40.390
Passivos financeiros derivativos	4.573	-	-	-	4.573
Ativos financeiros derivativos	(2.390)	-	-	-	(2.390)
Salários e encargos	67.486	-	-	-	67.486
Obrigações tributárias, Imposto de renda e Contribuição social	142.162	22.260	-	-	164.422
Gratificações e participações	38.941	15.629	-	-	54.570
Dividendos e juros sobre capital próprio	701.295	400.000	-	-	1.101.295
Saldo final	2.941.050	468.525	125.500	474.500	4.009.575
Controladora	2023	2024	2025	2026 +	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	605	2.843	-	-	3.448
Empréstimos e financiamentos	181.202	-	125.500	474.500	781.202
Salários e encargos	1.154	-	-	-	1.154
Obrigações tributárias, Imposto de renda e Contribuição social	33.507	-	-	-	33.507
Gratificações e participações	5.142	10.503	-	-	15.645
Dividendos e juros sobre capital próprio	701.295	400.000	-	-	1.101.295
Saldo final	922.905	413.346	125.500	474.500	1.936.251

3.2 Gestão de capital: A gestão de capital da Companhia e suas controladas visa manter a continuidade da operação buscando uma estrutura de capital que possibilite a maximização do resultado ao acionista e assegure capacidade de pagamento de suas obrigações com terceiros. Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento, o Grupo utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida e EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos e financiamentos, arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa. **(a) Valor justo:** As políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Controladora	2022	2021		
Aplicações financeiras	774.383	774.383		
Fornecedores, risco sacado e partes relacionadas	20	20		
Empréstimos e financiamentos e derivativos	785.292	793.903		
	2022	2021		
Consolidado	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	1.332.552	1.332.552	513.387	513.387
Contas a receber	1.072.739	1.072.739	1.064.424	1.064.424
Fornecedores, risco sacado, partes relacionadas e outras contas a pagar	627.492	627.492	800.422	800.422
Empréstimos e financiamentos e derivativos	1.814.302	1.870.495	1.873.463	1.921.683
Passivo de arrendamento	40.390	40.390	37.419	37.419

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	78.493	172.658	
Depreciação	(3.520)	(3.714)	
Redução de capital	-	(90.451)	
Saldo no final do exercício	74.973	78.493	

(i) Valores reconhecidos no resultado relacionados às propriedades para investimento

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Receitas de aluguéis	12.776	15.825	
Custos que geraram receitas de aluguéis	(4.671)	(5.645)	

(ii) Mensuração de propriedades para investimento ao custo: As propriedades para investimento da Companhia, principalmente edifícios, são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo e são ocupadas pelas subsidiárias do Grupo. Elas são reconhecidas pelo custo e depreciado conforme vida útil dos bens. As vidas úteis estimadas para as propriedades para investimento são de 25 a 50 anos, conforme laudos de avaliação. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e, eventuais ajustes, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor justo das propriedades para investimento mantidas pelo Grupo é determinado mediante uso de técnicas de avaliação utilizadas no mercado, por empresas independentes e especializadas. Para determinação do valor justo destas propriedades, utiliza-se o método comparativo com dados de mercado, bem como é utilizado o método involutivo para determinar o valor justo destas propriedades para investimento. O total do valor justo das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 280.616 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 253.438). **(iii) Contratos de arrendamento:** As propriedades para investimento são arrendadas para locatários do Grupo por meio de arrendamentos, com pagamentos mensais de aluguel. Embora esteja exposto a mudanças no valor residual no final dos arrendamentos atuais, o Grupo normalmente obtém novos arrendamentos e, por isso, não irá realizar imediatamente nenhuma redução no valor residual ao final destes arrendamentos. As expectativas sobre os valores residuais futuros são refletidas no valor justo das propriedades.

12. ARRENDAMENTOS

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Ativos de direito de uso			
Edificações	40.130	39.627	
	40.130	39.627	
Passivos de arrendamentos			
Circulante	27.026	10.105	
Não circulante	13.364	27.314	
	40.390	37.419	

(ii) Opções de prorrogação e extinção: As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são utilizados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. **Passivos de arrendamento:** As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	37.419	23.465	
Juros provisionados	1.999	1.693	
Adição por novos contratos	28.909	36.486	
Baixa de contratos	-	(8.313)	
Pagamentos	(27.937)	(15.912)	
Saldo no final do exercício	40.390	37.419	

O Grupo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos**Vencimento das prestações**

Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Menos de 1 ano	27.026	10.105	
Acima de 1 ano	13.364	27.314	
Total	40.390	37.419	

Ativos de direito de uso: A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	39.627	24.816	
Adição por novos contratos	28.909	36.486	
Baixa de contratos	(3.032)	(12.964)	
Despesa de depreciação	(25.374)	(8.711)	
Saldo no final do exercício	40.130	39.627	

Divulgações adicionais requeridas pela CVM: Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

Consolidado		Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2024	2025	2022	2021
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	40.390	27.928	17.041	11.927	
Fluxo com projeção de inflação	40.390	29.115	17.595	12.292	
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%	
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	40.130	42.781	24.054	9.954	
Fluxo com projeção de inflação	40.130	44.599	24.836	10.259	
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%	

Consolidado		Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2024	2025	2022	2021
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	3.674	3.351	2.392	1.761	
Fluxo com projeção de inflação	3.674	3.493	2.470	1.815	
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%	
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	25.374	20.175	14.255	10.451	
Fluxo com projeção de inflação	25.374	21.032	14.718	10.771	
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%	

13. INTANGÍVEL

Consolidado		Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2024	2025	2022	2021
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	40.390	27.928	17.041	11.927	
Fluxo com projeção de inflação	40.390	29.115	17.595	12.292	
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%	
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	40.130	42.781	24.054	9.954	
Fluxo com projeção de inflação	40.130	44.599	24.836	10.259	
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%	

Consolidado		Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2024	2025	2022	2021
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	3.674	3.351	2.392	1.761	
Fluxo com projeção de inflação	3.674	3.493	2.470	1.815	
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%	
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	25.374	20.175	14.255	10.451	
Fluxo com projeção de inflação	25.374	21.032	14.718	10.771	
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%	

13. INTANGÍVEL

Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2024	2025	2022	2021	2024	2025
Passivo de arrendamento							
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	40.390	27.928	17.041	11.927			
Fluxo com projeção de inflação	40.390	29.115	17.595	12.292			
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%			
Direito de uso líquido - saldo final							
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	40.130	42.781	24.054	9.954			
Fluxo com projeção de inflação	40.130	44.599	24.836	10.259			
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%			

Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2024	2025	2022	2021	2024	2025
Despesa financeira							
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	3.674	3.351	2.392	1.761			
Fluxo com projeção de inflação	3.674	3.493	2.470	1.815			
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%			
Despesa de depreciação							
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	25.374	20.175	14.255	10.451			
Fluxo com projeção de inflação	25.374	21.032	14.718	10.771			
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%			

13. INTANGÍVEL

Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2024	2025	2022	2021	2024	2025
Despesa financeira							
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	3.674	3.351	2.392	1.761			
Fluxo com projeção de inflação	3.674	3.493	2.470	1.815			
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%			
Despesa de depreciação							
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	25.374	20.175	14.255	10.451			
Fluxo com projeção de inflação	25.374	21.032	14.718	10.771			
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%			

13. INTANGÍVEL

Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2024	2025	2022	2021	2024	2025
Despesa financeira							
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	3.674	3.351	2.392	1.761			
Fluxo com projeção de inflação	3.674	3.493	2.470	1.815			
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%			
Despesa de depreciação							
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	25.374	20.175	14.255	10.451			
Fluxo com projeção de inflação	25.374	21.032	14.718	10.771			
Variação	0,00%	4,25%	3,25%	3,06%			

(b) Imobilizado em andamento - Os principais projetos relacionados ao grupo de imobilizado em andamento são: a) 1ª fase do Projeto de PVC-O; b) Projeto de aumento da capacidade produtiva T&C Brasil; c) 1ª fase do Projeto de PEAD - Polietileno de alta densidade; d) Projeto de análise de capacidade e planejamento das necessidades de distribuição; e) Projeto Fusos e Cilindros; f) Projeto Centro de Usinagem do centro de desenvolvimento de moldes. Todos os projetos estão previstos para conclusão em 2023.

15. FORNECEDORES

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Fornecedores nacionais	20	278	402.723
Fornecedores estrangeiros	-	173	95.176
Total	20	451	497.899

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As informações contidas nessa nota referem-se aos termos dos contratos de empréstimos e financiamentos que são mensurados pelo custo amortizado. Informações sobre exposição ao risco de taxa, variação cambial e liquidez estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. A Companhia e controladas possuem empréstimos e financiamentos, conforme segue:

Consolidado		Consolidado		Consolidado	
2022	2021	2022	2021	2022	2021
Brasil					
FINEP	BRL	-	-	-	594
Finame	BRL	3,00% a 3,50% aa	2023 - 2024	129	677
Capital de giro	BRL	CDI+ 1,44% a CDI + 2,33% aa	2023	286.567	283.536
Debêntures (a)	BRL	-	-	-	102.554
Debêntures (b)	BRL	112,90% a 115,78% CDI aa	2025-2028	608.639	603.900
Outros	BRL	-	-	67	107
Total empréstimos				895.402	991.368

Modalidade		Moeda		Encargos		Prazo		Consolidado	
2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Exterior									
Tigre Argentina									
Venda de cheques	ARS	58,37% a 63,00% aa	2023	23.449	43.519				
Tigre Bolívia									
Giro, Investimentos	BOB	4,90% aa	2024	24.681	43.098				
Tigre Chile									
Giro, Investimentos	CLP	13,26% aa	2023	124.519	138.190				
Tigre Colômbia									
Giro, Investimentos	COP	15,44% aa	2023	18.125	22.739				
Tigre Paraguai									
Giro, Investimentos	USD	6,38% aa	2023	15.428	13.910				
Tigre Peru									
Giro, Investimentos	PEN	1,48% a 9,32% aa	2023	109.833	84.162				
Tigre Uruguai									
Venda de cheques	UYU	-	-	-	3.065				
Tigre USA									
Giro, Investimentos (c)	USD	2,85% a 6,30% aa	2023	600.682	531.936				
				916.717	880.619				
				1.812.119	1.871.987				

continuação

20. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital autorizado: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia é de R\$ 955.365 (R\$ 396.835 em 31 de dezembro de 2021), sendo constituído por 15.236 mil ações, sendo 11.363 mil ações ordinárias, 3.788 mil ações preferenciais classe A e 85 ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal (11.363 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021). **(b) Reserva de lucros:** *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *Reserva de capital:* Alinhado com os objetivos de expansão do Grupo, em 2022, a reserva de capital passou a ser R\$ 813.117 (R\$ 383 em 31 de dezembro de 2021), em decorrência do Acordo de Investimento celebrado com o novo acionista Advent Internacional, conforme nota 1.2.(a). **(c) Plano de opções de ações:** Em 16 de setembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, o qual será disciplinado por meio de programas aprovados pelo Conselho de Administração. O plano aprovado possibilitou a aquisição de opções de compra de ações para determinados executivos e membros da Administração da Companhia. O exercício da opção pelo adquirente possui requisitos de performance e permanência na Companhia. As opções serão, se exercidas, liquidadas em ações preferenciais da Companhia. As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia, durante o período de *vesting* das opções. O valor das opções é inicialmente mensurado pelo valor justo na data da outorga, através da metodologia Black-Scholes. Em setembro de 2022, a Companhia realizou a outorga de 429.302 opções com valor justo de R\$ 15,66 cada. O montante reconhecido como despesas provenientes de transação com base em ações é de R\$ 512. Em 2022, as opções outorgadas ainda não são exercíveis por não terem cumprido com os requisitos estabelecidos em contrato. Desta forma, não houve exercício de opções outorgadas durante o ano de 2022. **(d) Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao ajuste decorrente da adoção do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado, realizada em 01 de janeiro de 2009 e, a realização por depreciação ou baixa, está líquida dos encargos tributários. Compreendem também diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior e as variações no valor justo do *hedged accounting* de fluxo de caixa. **(e) Dividendos propostos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
Lucro do exercício	599.073	
Reserva legal	29.954	
Base ajustada	569.119	
Destinação do resultado do exercício:		
Dividendos distribuídos adicionais (nota 1.2.a)	100.000	
Dividendos distribuídos sobre o lucro e juros sobre capital próprio- 80%	455.295	
Distribuição dos dividendos decorrentes de reservas:		
Dividendos distribuídos adicional proposto (nota 1.2.b)	433.603	
Dividendos distribuídos adicionais (nota 1.2.a)	540.000	

(f) Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o período. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro e a média ponderada da quantidade de ações, levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações). Em 31 de dezembro de 2022, os lucros apurados, básico e diluído, são:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	599.073	547.032
Quantidade média ponderada de ações em circulação (em milhares)		
Ordinárias	11.363	11.363
Preferenciais (notas 1.2.a e 1.2.f)	3.063	-
Lucro básico por lote de mil ações - R\$	41,53	48,14
	2022	2021
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	599.073	547.032
Quantidade média ponderada de ações em circulação (em milhares)		
Ordinárias	11.363	11.363
Preferenciais (notas 1.2.a e 1.2.f)	3.063	-
Número médio de ações potenciais (nota 20.c)	429	-
Lucro diluído por lote de mil ações - R\$	40,32	48,14

21. RECEITAS

(a) Reconciliação: A reconciliação entre as receitas de aluguel, vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora	
Receita de aluguel	12.776	15.825
Receita	12.776	15.825
	Consolidado	
Venda bruta	7.390.655	7.186.184
Devoluções e abatimentos	(289.506)	(236.659)
Impostos	(1.220.384)	(1.295.837)
Receita líquida	5.880.765	5.653.688

22. (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

(Despesas) receitas por função

	Controladora	
Custo das operações	(4.671)	(5.645)
Despesas administrativas e gerais	(21.418)	(34.092)
Outras	2.797	455
	(23.292)	(39.282)

Despesa por natureza

	Controladora	
Salários e encargos sociais	(12.355)	(16.889)
Depreciação e amortização	-	(48)
Marketing e propaganda	(36)	-
Programa de participação nos resultados	(5.368)	(18.210)
Serviços profissionais	(1.417)	(1.495)
Viagens e estadas	(596)	(19)
Outras	(3.520)	(2.621)
	(23.292)	(39.282)

(Despesas) receitas por função

	Controladora	
Custo dos produtos vendidos	(3.711.693)	(3.664.473)
Despesas com vendas	(888.783)	(786.515)
Despesas administrativas e gerais	(481.652)	(542.819)
Outras	124.925	223.720
	(4.957.203)	(4.770.087)

Despesa por natureza

	Controladora	
Custo de matéria-prima	(3.054.941)	(3.068.451)
Despesas variáveis de vendas	(477.413)	(426.191)
Salários e encargos sociais	(649.058)	(600.277)
Depreciação e amortização	(137.706)	(110.397)
Marketing e propaganda	(87.844)	(78.013)
Programa de participação nos resultados	(31.225)	(83.761)
Serviços profissionais	(125.680)	(104.161)
Viagens e estadas	(18.813)	(7.982)
Outras	(374.523)	(290.854)
	(4.957.203)	(4.770.087)

23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Juros ativos	11.495	5.776	38.715	26.115
Juros de aplicações financeiras	125.344	8.761	191.505	23.297
Descontos	-	-	719	644
Outras receitas financeiras	801	115	346	134
	137.640	14.652	231.285	50.190
Despesas financeiras				
Juros passivos	(3)	(248)	(1.773)	(6.999)
Descontos concedidos	-	-	(34.616)	(23.134)
Despesas bancárias	-	(6)	(5.795)	(5.670)
Juros sobre financiamentos	(104.149)	(21.661)	(184.949)	(80.094)
Outras despesas financeiras (a)	(15.192)	(5.845)	(92.768)	(40.921)
	(119.344)	(27.760)	(319.901)	(156.818)

Resultado dos instrumentos financeiros derivativos

	Controladora	
Variáveis cambiais, líquidas	(300)	504
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(5.898)	(479)
	(6.198)	(18.777)

(a) O valor demonstrado, para o Consolidado, refere-se substancialmente a economia hiper inflacionária da Tigre Argentina, conforme nota explicativa 30.20.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação da alíquota efetiva: O imposto sobre o lucro do Grupo, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos impostos	601.553	556.410	792.594	763.043
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota fiscal nominal	(204.528)	(189.179)	(269.482)	(259.435)
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda e contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	203.990	201.774	(1.071)	1.476
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	-	-	(5.905)	(2.451)
Imposto de renda diferido não reconhecido - compensado	-	-	232	2.559
Diferença de alíquotas locais	-	-	12.754	15.089
Imposto de renda - Lucro presumido	-	-	(1.774)	221
Doações e despesas não dedutíveis	(4.060)	(4.670)	(5.752)	(10.565)
Tributação Base Universal ("TBU") - Adição	(34.745)	(54.723)	(34.745)	(54.889)
Créditos TBU (9% presumido + guias exterior)	27.728	34.477	27.728	34.560
Juros sobre capital próprio	3	5.517	28.219	18.698
Inovação tecnológica	-	-	1.054	531
Subvenção de investimento	-	-	13.971	8.178
Programa de alimentação do trabalhador ("PAT")	-	-	1.700	1.690
Dedução - Lucro Exploração	-	-	5.597	5.971
Créditos indêbitos tributários	-	-	10.176	37.934
Diferido reconhecido (a)	-	-	-	4.815
Outros	9.132	(2.574)	37.240	1.808
Total	(2.480)	(9.378)	(180.238)	(193.810)
Imposto de renda corrente	(7.264)	(17.880)	(209.169)	(319.272)
Imposto de renda diferido	4.784	8.502	28.931	125.462
Alíquota efetiva	-	2%	23%	25%

(a) reconhecimento de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais da Investida Tigre USA, após avaliação efetuada sobre projeção futura de recuperabilidade.

Posição tributária incerta: O Grupo possui processos passivos de IRPJ/CSLL com montante em risco de R\$ 108.735 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 107.000) e, conforme opinião dos advogados responsáveis, as posições fiscais adotadas pela Companhia e que estão em discussão, serão provavelmente aceitas em decisões tribunais superiores de última instância.

25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Grupo é controlado pela Tigre S.A. Participações (constituída no Brasil). O controlador em última instância é a CRH Indústria e Empreendimentos Ltda., controladora direta da Tigre S.A. - Participações. Os saldos das transações entre partes relacionadas estão demonstrados como segue:

	Controladora			Resultado operacional		Resultado financeiro	
	Contas a receber	Dividendos a receber	Ativo Mútuos a receber	Aluguéis	Mútuos		
2022							
Transações com acionista controlador	-	-	-	9.514	-		
CRH Indústria e Empreendimentos Ltda	-	-	-	-	-		
Transações com empresas controladas	-	-	-	-	-		
Tigre Argentina S.A.	-	-	5.707	-	102		
Tigre Paraguay S.A.	-	13.131	-	-	-		
Tigre S.A. Tubos, Conexiones Y Cables	-	25.912	-	-	-		
Tubos Tigre-ADS do Brasil Ltda	256	-	-	-	-		
Tuberias Tigre ADS Limitada	522	-	-	-	-		
Novak Participações S.A.	-	142	-	-	-		
AZ Administradora De Bens S.A.	-	139	-	-	-		
TAE Ltda.	-	-	-	-	-		
Tigre Materiais e Soluções p/ Construção Ltda.	-	201.388	37.226	-	4.341		
Fabrimar S.A. Indústria e Comércio	-	-	-	-	-		
TPSA Ltda.	-	-	30.652	-	3.590		
	778	240.712	73.585	9.514	8.033		

	Controladora			Resultado operacional		Resultado financeiro	
	Contas a receber	Dividendos a receber	Ativo Mútuos a receber	Passivo Mútuos a pagar	Aluguéis	Mútuos	
2021							
Transações com acionista controlador	-	-	-	-	8.017	-	
CRH Indústria e Empreendimentos Ltda	-	-	-	-	-	-	
Transações com empresas controladas	-	-	-	-	-	-	
Tigre Argentina S.A.	-	8.967	-	-	-	-	
Tigre S.A. Tubos, Conexiones Y Cables	-	29.860	-	18.433	-	(945)	
Tubos Tigre-ADS do Brasil Ltda	292	-	-	-	-	-	
Tuberias Tigre ADS Limitada	-	797	-	-	-	-	
TAE Ltda.	-	-	20.068	-	-	1.041	
Tigre Materiais e Soluções p/ Construção Ltda.	1.189	13.819	32.003	-	-	3.403	
Fabrimar S.A. Indústria e Comércio	26	-	27.673	-	-	1.174	
TPSA	-	-	-	-	-	-	
	1.507	55.759	79.744	18.433	8.017	4.673	

A Companhia, através de suas controladas, durante o ano de 2022, realizou operações comerciais com a *joint venture* Tuberias ADS, a qual totalizou a receita líquida de R\$ 64.156 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 3.380).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo prevê a seus administradores benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio-alimentação. Os benefícios são registrados como despesas quando incorridos.

	2022	2021
Benefícios de curto prazo		
Salário ou pro-labore	8.586	7.542
Benefícios diretos e indiretos	892	893
Bônus	9.517	11.177
	18.995	19.612

	2022	2021
Benefícios de longo prazo		
Programa de Incentivo de Longo Prazo ("ILP")	5.601	9.353
	5.601	9.353
	24.596	28.965

26. SEGUROS

A Companhia e controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros da Companhia e controladas era composta R\$ 351.169 para cobrir danos materiais de estoques e imobilizados e lucros cessantes. Além disso, a Companhia e controladas possuem apólice de responsabilidade civil, no montante total de R\$ 12.903, e apólice D&O no valor de aproximadamente R\$ 30.000.

27. GARANTIAS PRESTADAS A CONTROLADAS

Em 31 de dezembro de 2022, a Tigre Participações S.A. prestou garantias, avais e fianças a empresas controladas no valor total de R\$ 536.061. As garantias possuem valor superior com objetivo de suportar limites de créditos das diversas unidades do Grupo. Essas garantias foram prestadas para a abertura de limites de crédito e obtenção de novos financiamentos.

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisão são organizados por áreas geográficas e definidos com base na localização de seus ativos, são eles: Grupo de Construção Civil Brasil, Grupo de Construção Civil LATAM e Grupo de Construção Civil EUA. Em decorrência da aquisição da empresa Dura Plastic Products Inc., ocorrida em abril/2021, a região geográfica norte-americana se tornou representativa perante o consolidado. Desta forma, para melhor clareza dos resultados, para o ano de 2022, estão sendo considerados três segmentos reportáveis. O principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho (*Chief Operating Decision Maker - "CODM"*) é o Comitê Executivo da Companhia. A principal fonte de informação para avaliação do desempenho financeiro desses segmentos reportáveis é o EBITDA (não auditado), uma vez que o resultado financeiro e os impostos sobre o lucro são gerenciados de forma corporativa e não são alocados aos segmentos. O EBITDA é calculado a partir: (A) do lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro, excluindo (B) a depreciação e amortização do período.

	Brasil	LATAM	EUA	Eliminações	Consolidado
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	3.321.708	1.827.640	795.102	(63.685)	5.880.765
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.067.767)	(1.267.215)	(440.396)	63.685	(3.711.693)
Lucro bruto	1.253.941	560.425	354.706	-	2.169.072
Despesas operacionais	(662.897)	(347.897)	(234.635)	-	(1.245.510)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro (A)	590.963	212.528	120.071	-	923.562
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial/Lucros <i>Joint Venture</i>	203.353	20.010	-	(226.514)	(3.151)
Resultado financeiro líquido	27.548	(121.939)	(33.426)	-	

continuação

resultado como parte de ganho ou perda da venda. **30.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **30.4. Ativos financeiros: 30.4.1. Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurado ao custo amortizado: São instrumentos que possuem objetivo de receber/pagar fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente de principal e juros. Os instrumentos que possuem essa classificação são: (i) Caixa e equivalentes de caixa; (ii) Aplicações financeiras; (iii) Contas a receber de clientes e demais contas a receber; (iv) Fornecedores e outras contas a pagar; (v) Risco Sacado e (vi) Empréstimos. No caso de aplicações financeiras e caixa, os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas preponderantemente na variação de 100% do CDI. • Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: O único instrumento que a Companhia detém com esta classificação é o derivativo designado como *hedge accounting* na Tigre S.A. A Companhia designou um derivativo contratado como instrumento de *hedge* contábil para proteção da dívida gerada pela 1ª emissão de debêntures. O item que é objeto de *hedge* segue sendo valorado ao custo amortizado. O instrumento de *hedge* será valorado ao valor justo por meio do resultado e, com a relação de *hedge* estabelecida, a parcela efetiva do valor justo será reclassificada do resultado para o patrimônio líquido - em outros resultados abrangentes. A realização deste valor justo para o resultado se dará no mesmo período em que os fluxos de caixa previstos impactarem o resultado (realização do objeto). • Mensurado ao valor justo por meio do resultado: Os instrumentos desta categoria são assim classificados por não possuírem objetivo de receber apenas fluxos de caixa contratuais compostos por principal e juros. Os instrumentos que possuem essa classificação são: (i) derivativos. Para estimar o valor justo dos derivativos, são utilizadas, além dos preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, informações que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo. O valor justo dos *swaps* de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis. Já o valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. **30.4.2. Impairment:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **30.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **(a) Derivativos mensurados ao valor justo: por meio do resultado:** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". **30.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Além disso, para estimativa de perdas de devedores duvidosos, o Grupo adota o conceito, segundo a norma internacional IFRS 9, que prevê a deterioração da carteira atual como um todo, utilizando como premissa uma matriz que deve analisar o comportamento histórico de cada negócio/empresa do grupo, utilizando o faturamento em períodos de no mínimo 1 ano pra trás, dividindo em categorias de prazos de pagamentos dislintos, agrupados de acordo com o comportamento dos clientes historicamente. Ou seja, a apuração é realizada da carteira como um todo e não cliente a cliente. O Grupo atualiza a matriz anualmente. **30.6. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **30.7. Ativos intangíveis: Softwares:** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **30.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25-50
Máquinas	5-25
Veículos	5
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **30.9. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* uma vez ao ano ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment* de ativos imobilizados, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. Para 2022, a Administração verificou os ativos sujeitos a avaliação de *impairment*, aplicou os procedimentos qualitativos e quantitativos previstos em norma e não identificou a necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável. **30.10. Empréstimos:** Os empréstimos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia e controladas. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **30.11. Provisões:** Os custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pudor ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada: levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refilita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. **30.12. Imposto de Renda e Contribuição: Social corrente e diferido: (a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido, relacionados às empresas localizadas no Brasil, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Em relação às empresas localizadas em outros países, tais impostos são calculados de acordo com a legislação vigente naquela localidade. **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e

entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **30.13. Benefícios a empregados: (a) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo fornece aos seus empregados plano de previdência privada, de contribuição definida, onde o funcionário é responsável por estabelecer um range de aporte de acordo com o salário e o Grupo faz o mesmo aporte, não gerando qualquer passivo para o Grupo. **30.14. Plano de opção de compra de ações:** A Companhia possui plano de opção de compra de ações para determinados executivos e membros da Administração. As opções são adquiridas pelos participantes através do recebimento de caixa com contrapartida em outras receitas operacionais. As opções são reconhecidas no patrimônio líquido, com contrapartida no resultado do exercício, durante o período de *vesting* (carência) das opções. A mensuração do plano de opções é com base em seu valor justo e é realizada apenas na data da outorga das opções. **30.15. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo apenas reconhece a receita quando satisfaz uma obrigação de desempenho, transferindo um bem ou serviço prometido a um cliente, ou seja, quando o cliente obtém seu controle. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. Considerando que o negócio da Companhia consiste, essencialmente, na venda de produtos padronizados, a obrigação de performance é concluída no momento de entrega destes produtos. **(a) Componentes de financiamento:** O Grupo não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, o Grupo não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. **(b) Receita financeira:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **(c) Receita de aluguel:** A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. **30.16. Arrendamentos:** A Companhia arrenda edifícios e máquinas, cujos contratos de arrendamento são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos, exceto para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, os quais são contabilizados como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido. É utilizada uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros e são realizados ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear com uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. O Grupo não aplica os requisitos de IFRS 16 a arrendamentos de ativos intangíveis. Desta forma, tais acordos são contabilizados como despesas. Ainda, o Grupo também não aplica os requisitos de IFRS 16 para arrendamentos de curto prazo (aqueles que possuem como duração máxima 12 meses) e para ativos de baixo valor (ou seja, menos de US\$ 5.000, 00, quando novo). **30.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos, após a destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **30.18. Fornecedores e operações de risco sacado:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da empresa. Nesta operação, a instituição financeira realiza o pagamento antecipado aos fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira, na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. **30.19. Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **30.20. Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária:** Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economias altamente inflacionárias (CPC 42/IAS 30) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa Tigre Argentina S.A. na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação). De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina utilizando as regras da CPC 42/IAS 29 da seguinte forma: • A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018; • Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, estoques etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos do poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultado em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. No CPC 42/IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas é permitida a utilização de julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: a) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPI (índice interno de preços ao atacado); • A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (ao invés da taxa média). Os impactos nos ativos líquidos da aplicação da norma na controlada na Argentina em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

Itens não monetários	Saldo em milhares de Pesos Argentinos		Saldo em milhares R\$		Efeito Correção - R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos	1.643.978	769.902	48.580	41.813	21.581	8.943
Passivos	(170.687)	(250.213)	(5.044)	(13.589)	(1.234)	(4.014)
Patrimônio Líquido	(4.086.599)	(842.507)	(20.759)	(45.757)	(85.155)	(17.512)
Efeito no Resultado					(64.808)	(12.583)

A demonstração de resultado da Tigre Argentina S.A. acumulada até 31 de dezembro de 2022 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida à taxa de fechamento em dezembro de 0,02955 pesos argentinos por real, em decorrência da aplicação do CPC 42/IAS 29.

DIRETORIA		
Otto Rudolf Becker Von Sothen Diretor Presidente	Vivianne Cunha Valente Diretora Executiva de Finanças, Administração e de Relação com Investidores	Leticia Teti Massagardi Mueller Contadora CRC-PR 072179/O-6

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Felipe Hansen Presidente	Fábio Hering Conselheiro	Reynaldo Passanezi Filho Conselheiro	Patrice P. N. Baptista Etlin Conselheiro	Maristella Iannuzzi Marante Conselheira	Walter Herbert Dissinger Conselheiro	Fernando Musa Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Tigre S.A. Participações

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Tigre S.A. Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Tigre S.A. Participações e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tigre S.A. Participações e da Tigre S.A. Participações e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

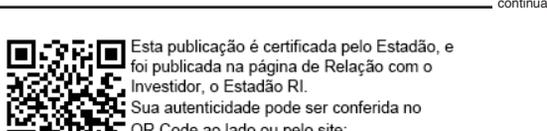
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) (Notas 13 e 14)	
De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia é requerida a proceder anualmente um teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos não financeiros, os quais incluem o ativo imobilizado e o ativo intangível, bem como o ágio por rentabilidade futura (<i>Goodwill</i>). Em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito nas Notas 13 e 14, saldos de ativo intangível e imobilizado no consolidado de R\$ 243.905 mil R\$ 1.161.777 mil, respectivamente. Em relação ao saldo de intangível, destaca-se o montante de R\$ 117.787 mil referentes ao ágio por rentabilidade futura. A administração elabora, anualmente, testes para avaliar a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, e concluiu não ser necessário efetuar qualquer ajuste em 31 de dezembro de 2022. Tratam-se de testes que levam em consideração estimativas e premissas sensíveis, visto que envolvem julgamentos críticos por parte da administração da Companhia. A utilização de diferentes premissas nas projeções de fluxo de caixa futuro, tais como: taxas de crescimento de receita, margens EBITDA e taxa de desconto utilizados, podem modificar significativamente as conclusões desses testes. Assim, esse assunto foi considerado uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) Atualização do entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela administração para projetar os fluxos de caixa descontados, principalmente no que se refere às taxas de crescimento das margens e a determinação da taxa de desconto no período projetado e a taxa de crescimento na perpetuidade, bem como comparação dos cálculos com as informações de mercado disponíveis, quando aplicável. (ii) Avaliação da coerência geral lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa futuros e avaliação da razoabilidade das premissas significativas: receita, custos e despesas e taxa de desconto. (iii) Recálculo da taxa de desconto considerando parâmetros de mercado. (iv) Recálculo do valor presente dos fluxos de caixa, bem como análise de sensibilidade para avaliar situações em que as variações resultariam na eventual necessidade de registro de perda não reconhecida. No contexto das demonstrações financeiras, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração no teste de <i>impairment</i> do ativo imobilizado são adequados e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Receita de contratos com clientes (Notas 21 e 30.14)	
A receita com vendas é reconhecida no momento em que as controladas satisfazem suas obrigações de performance ao transferir o controle dos produtos ao cliente.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção do entendimento sobre o fluxo de transações de vendas considerando a natureza das diferentes operações do Grupo; (ii) a identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e relacionados às transações de vendas, bem como a avaliação do desenho e da implementação dessas atividades de controles; (iii) com base em amostragem, efetuamos testes específicos em determinadas transações de receita, inspecionando as evidências de sua ocorrência, integridade, exatidão e adequada contabilização; (iv) com base em amostragem, obtivemos determinados contratos firmados com clientes, bem como a memória de cálculo contendo a estimativa do percentual de atingimento das metas anuais, os quais utilizamos para validação da apuração dos valores de contraprestação reconhecida na receita; e (v) avaliamos a adequação das divulgações sobre o reconhecimento da receita.
Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de vendas representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a existência de contratos que estipulam a concessão de descontos, conforme o atingimento de metas anuais, os quais demandam estimativas elaboradas pela administração da Companhia sobre o valor da contraprestação a ser reconhecida na receita; (iii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.	Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela administração, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 22 de março de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Audíteres Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
 Contador CRC 1SP236051/O-7



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>